

## PROFESSORAS AO SERVIÇO DA IGREJA E DO ESTADO: TENSÕES E CONCILIAÇÕES EM TEMPOS DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO

Clarícia Otto\*

**RESUMO:** O presente artigo foi apresentado na Mesa Redonda “Religiões e Religiosidades: entre a norma e o vivido (tensões e conciliações)”, integrando o III Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de 20 a 22 de Outubro de 2010.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação, Igreja Católica, campo educacional, século XX.

### TEACHERS AT THE SERVICE OF THE CHURCH AND STATE: TENSIONS AND CONCILIATIONS IN TIMES OF THE NATIONALIZATION OF TEACHING

**ABSTRACT:** This paper was presented at the Round Table “Religions and Religiosities: between the norm and the lived (tensions and conciliations)” integrating the III Meeting of the GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, at the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), October 20-22, 2010.

**KEYWORDS:** Education, Catholic Church, educational Field, 20th century

A religião mistifica as instituições explicando-as como *dados* acima e além de sua existência empírica na história de uma sociedade. (BERGER, 1985, p. 103).

Este artigo apresenta reflexões sobre os conflitos em torno das escolas étnicas, paroquiais e públicas em Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XX, período em que se engendrava o projeto arbitrário de caráter nacionalizante contra os imigrantes e seus descendentes. Esses conflitos funcionaram como catalisadores de um processo histórico de afirmação/negação das identidades étnicas e/ou nacionais.<sup>1</sup> O foco central, no entanto, é perceber como a igreja diocesana, tendo como porta-voz Dom Joaquim Domingues de Oliveira<sup>2</sup>, em aliança com os próceres estatais, contribuiu no processo de nacionalização do ensino, utilizando mão de obra especializada, ressignificando-a. Tal mão de obra passara a ser produzida em 1913, na localidade de Rodeio – SC, a partir das já existentes Pia União das Filhas de Maria e Ordem Franciscana Secular (UFS),

---

\* Clarícia Otto é professora do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>1</sup> As questões aqui abordadas são ampliadas e aprofundadas em OTTO, Clarícia. *Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)*. Florianópolis: Insular, 2006. Trata-se da tese de doutoramento, sob a orientação do Prof. Dr. Artur César Isaia, no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, em 2005.

<sup>2</sup> Joaquim Domingues de Oliveira nasceu no dia 04/12/1878 em Portugal. Ainda criança veio para o Brasil e estabeleceu-se na cidade de São Paulo, onde foi ordenado em 1901. No dia 07/09/1914, toma posse como bispo da Diocese de Florianópolis, criada em 1908. Em 1927 torna-se arcebispo, ano em que são criadas as dioceses de Joinville e Lages. Exerceu esse cargo até 1965, dois anos antes de seu falecimento. (A ARQUIDIOCESE de Florianópolis. [Florianópolis], [s.n.], 1951, p. 11-16.

esta última, igualmente denominada Ordem Terceira de São Francisco.

Os padres de Rodeio – SC (franciscanos da Ordem dos Frades Menores da Província Santa Cruz da Saxônica, Alemanha) deram início à instituição de um grupo de jovens, as quais passaram a exercer a função de professoras e catequistas nas escolas católicas, as chamadas escolas paroquiais. Na intensificação do processo de nacionalização, enquanto as escolas das redes étnicas foram suprimidas, a função das paroquiais foi redimensionada, ou seja, tais escolas foram transformadas em públicas. Nesse redimensionamento, Dom Joaquim Domingues de Oliveira e o governador Felipe Schmidt planejaram a permanência das professoras/catequistas nessas últimas. Dessa forma, o etos pedagógico-religioso desliza para o campo laico, fortalecendo a política nacionalizadora.

Em outras palavras, busca-se refletir especificamente sobre a formação desse grupo de professoras e sua contribuição como agentes capazes de reproduzir conhecimentos que se desejavam difundir, tais como: unidade nacional, moral e uma ordem social harmônica.

Nesse sentido, a igreja passara a legitimar o projeto estatal de construção de uma nova ordem social e institucional. Essa nova ordem institucional passou a ser interpretada “de modo a ocultar o mais possível o seu caráter de coisa *construída*”, estratégia utilizada para solucionar o problema em relação “à novidade e portanto à precariedade notória da nova ordem” (BERGER, 1985, p. 46), neste específico, a ordem republicana.

Essa alusão permite vislumbrar o contexto da política nacionalizadora que, ao contrário do que se imaginava, passa por um processo inverso ao da proclamada dessacralização do poder temporal, em anos anteriores. Diante da crise, nos aspectos políticos, sociais, econômicos e religiosos, a Igreja, em simbiose com o Estado, volta a ser um mecanismo aglutinador para, na sua compreensão, colocar ordem no mundo da desordem, passando a Igreja, por meio das professoras/catequistas, a mediar a construção de práticas e de saberes em meio às relações estabelecidas entre educação, política e cultura.

Esse campo de investigação é importante para repensar a trajetória da formação de professores, buscando compreendê-la em meio às tendências histórico educacionais de cada tempo histórico. Procura-se compreender essa mediação da Igreja no processo de escolarização, contribuindo para o avanço das pesquisas na História da Educação de Santa Catarina, como campo ainda não suficientemente explorado.

Para discorrer sobre essas questões, parte-se de uma breve explanação sobre a vinda dos franciscanos alemães para Santa Catarina e o seu empenho, tanto na implantação quanto na defesa das escolas paroquiais. Em seguida, discorre-se acerca da formação das professoras/catequistas, e, por último, sobre a aliança entre os próceres dos poderes religioso e laico na implementação das escolas estatais, garantindo a permanência das professoras/catequistas nessas instituições públicas de ensino.

### **1 O clero franciscano: defesa à escola paroquial e resistência à escola pública**

Ao solicitar que frades da Ordem Franciscana se instalassem no Brasil, a Sé Romana objetivava expandir o ultramontanismo, por considerá-los mão de obra especializada (SILVA, 2000, p. 162). José Maria Jacobs<sup>3</sup>, vigário de Blumenau, desde que soube da chegada da Ordem Franciscana em terras catarinenses insistiu para que frades dessa Ordem assumissem a direção da paróquia São Paulo, de Blumenau, e o homônimo colégio, hoje Colégio Santo Antônio, pedido atendido em 1892.

De modo geral, entre os imigrantes o interesse no melhoramento da vida coletiva fundamentava-se em dois pilares: igreja e escola. No intuito de reforçar ainda mais tal sustentáculo e ampliar o atendimento aos núcleos coloniais, frei Lucínio Korte passava a maior parte do tempo em visita às capelas de colonização italiana. Com os franciscanos foi intensificada a administração dos sacramentos, de celebrações aos domingos e dias de festas, presididas também por eles. Esses elementos favoreceram a consolidação do catolicismo romanizado e a criação de associações religiosas de caráter paroquial, também sob a direção de algum frade.

As associações religiosas eram utilizadas pelos franciscanos para inculcar suas representações de mundo nos fiéis, que eram obrigados a cumprir seus deveres morais sob pena de sanções também por parte da associação à qual pertenciam. Ainda em consonância com as diretrizes da alta hierarquia católica, esses frades canalizaram esforços na implantação, supervisão e controle das escolas paroquiais que funcionavam como um dos meios utilizados pelos franciscanos para construir uma ordem social e para terem sua autoridade reconhecida.

As escolas paroquiais tinham uma cultura escolar centrada na doutrina e na moral católicas. Os sujeitos programados, “quer dizer, dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação, constituem o produto mais

---

<sup>3</sup>José Maria Jacobs, natural de Düren, Alemanha, nasceu 16/05/1832. Em 1876 chegou ao Rio de Janeiro e foi pelo bispo Pedro Maria de Lacerda nomeado primeiro pároco de Blumenau (SC).

específico de um sistema de ensino” (BOURDIEU, 1999, p. 205 – 206). Com as escolas paroquiais, o sistema de ensino católico visava constituir sujeitos católicos obedientes à autoridade eclesiástica, disciplinados e afeitos à prática sacramental. Tal instrução pretendia moldar o corpo docente e discente a seguir determinadas regras, ter o mesmo comportamento e compreender o mundo da mesma forma. Nesse sentido, a escola “propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação” (BOURDIEU, 1999, p. 211).

Assumida com expressão pela hierarquia católica, a escola paroquial foi um dos instrumentos de articulação para fortalecer o projeto de romanização. Dom João Becker a equiparou a uma “santa cruzada” em obediência às diretrizes do Concílio Plenário Latino-Americano realizado em 1899. Exorta os pais com uma espécie de ameaça: “educai vossos filhos para a vida e eternidade, para que não tenhais de lamentar sua desgraça presente e futura”.<sup>4</sup> Além do texto supracitado, extraído de sua Segunda Carta Pastoral, a ênfase recaía sobre a vigilância e a fiscalização que deveriam ser exercidas exclusivamente pelo pároco. As escolas paroquiais subsidiadas por governos estrangeiros não teriam direito à fiscalização deles, cabendo-lhes apenas ensinar a língua da terra natal.

Essa determinação indica o padre como a autoridade máxima na estrutura paroquial. Nessa organização hierárquica, a distribuição de funções, segundo Bourdieu, tem como objetivo “manter os leigos à distância” de qualquer poder decisório. Esse procedimento da hierarquia visa à submissão dos leigos e procura incutir neles a certeza de que certas atividades do campo religioso só podem ser exercidas por pessoas escolhidas, portadoras de “uma ‘qualificação’ especial, ‘um dom de graça’, inacessível ao comum dos homens, e persuadi-los a desistir da gestão de seus negócios religiosos em favor da casta dirigente, a única em condições de adquirir a competência necessária para tornar-se um *teórico religioso*” (BOURDIEU, 1999, p. 69). A Igreja e a escola são instituições e, conforme Berger e Luckmann (1985, p. 89), as “instituições devem pretender, e de fato pretendem, ter autoridade” sobre adultos e crianças.

Os franciscanos concentraram esforços na multiplicação do número das escolas paroquiais. Entendiam que pela instrução escolar se ensinavam as obrigações para com

---

<sup>4</sup> Dom João Becker. Segunda Carta Pastoral. Sobre as escolas paroquiais. Florianópolis: Tip. Brasil, 1909, p. 05 – 06 e 24 – 26.

a religião. A escola era o local do controle e onde as crianças aprendiam a se comportar. Frei Humberto Themans enfatiza que nas aulas de alfabetização empenhava-se em instruir e doutrinar os filhos dos colonos na religião católica. Assim ele registra: “Com o que eu mais me preocupava era com o ensino de religião. Principalmente com a preparação para a confissão e a comunhão. Embora tivessem 15 ou mais anos, as crianças não tinham ainda confessado” (THEMANS, 1991, p. 46 – 47).

As escolas paroquiais se encontravam sob supervisão e direção dos franciscanos, principal autoridade administradora da sua estrutura e de seu funcionamento, desde a formação de uma diretoria e a indicação de professores até a definição do currículo. Considerava-se de grande importância a vinculação do professor com os moradores das respectivas localidades; imprescindível, porém, era a sua dependência e obediência à autoridade paroquial – o pároco. Embora Kreutz tenha desenvolvido sua pesquisa sobre o professor paroquial em meio aos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, muitas de suas constatações se aplicam às escolas paroquiais dirigidas pelos frades alemães sediados em Rodeio. De acordo com Kreutz, o professor paroquial era “considerado como uma extensão do padre e, na ausência deste, presidia o culto, acompanhava os doentes com preces, oficiava exéquias, era iniciado em música para dirigir o coral e o canto na igreja” (KREUTZ, 1991, p. 79). Uma das primeiras condições para permanecer no ofício era a sua integridade moral.

Já para os imigrantes, a escola paroquial ensejou significados diversos, o que pode ser verificado nas informações remetidas ao bispo, pelos franciscanos e por outros padres dos núcleos coloniais. Eles alegavam que os imigrantes italianos localizados em Rodeio, Rio dos Cedros, Ascurra e localidades adjacentes mudavam de opinião com muita facilidade na escolha das escolas. Em novembro de 1917, o padre Angelo Alberti, em correspondência a Dom Joaquim Domingues de Oliveira, comunica que em Aquidaban estavam a recolher assinaturas para conseguir que o governo fundasse ali uma escola pública. Se fossem atendidos, a paroquial seria fechada.<sup>5</sup> Em 1921, frei Policarpo Schuhen comunica a Dom Joaquim que, na capela de São Virgílio, Joaquim Moratelli estava “fazendo uma subscrição para uma escola pública em Rodeio nº 12 e obteve 36 assinaturas. [...] Justamente estes italianos reclamam uma escola do governo para se verem livres de qualquer pagamento”. Nessa carta ainda afirma: “todos aqueles que trabalham diretamente para destruir uma escola paroquial pecam e pecam

---

<sup>5</sup> Carta do padre Angelo Alberti para Dom Joaquim Domingues de Oliveira, nov./1917.

mortalmente”.<sup>6</sup>

Esses fatos, somados a tantos outros de semelhante conotação, indicam que, do ponto de vista do colono, o mais importante era a sobrevivência, e talvez mais necessário o uso da língua portuguesa, pois muitos nem conheciam a língua italiana, apenas algum de seus dialetos. Nesse sentido, o entrevistado Orlando Berri afirma: “era tudo gente pobre, humilde, eles queriam era viver”.<sup>7</sup> Nessa perspectiva, o imigrante Luigi Purim, em carta a Dom João Becker, informa:

A escola particular [paroquial] de Rio dos Cedros atingiu 80 alunos, o professor naturalmente não podia agüentar pelo excessivo trabalho, então uns interessados fizeram prática para obter do governo a criação de uma Escola Pública. Os padres resmungavam de vez em quando, mas o povo visto a imperiosa necessidade, e por duplicado motivo: isso é, gozar de uma subvenção considerável e a necessidade de nossos filhos aprender a língua nacional, não repararam o descontento dos padres.<sup>8</sup>

Assim, devido à desaprovação dos franciscanos, as escolas públicas algumas vezes foram instaladas à força. O juiz de Direito de Blumenau assim se reporta ao frei Nicolau: “Amanhã vou com a força militar para tomar a escola e se frei Policarpo fizer a mínima resistência eu o mando preso”.<sup>9</sup> De posse dessa informação, frei Policarpo envia Maria Avosani, líder das professoras/catequistas, para a localidade de Rodeio Doze, dizendo-lhe: “a senhora vai preparar as catequistas e se vier a autoridade diga que só à força as catequistas saem da escola”.<sup>10</sup> A religiosa atende à solicitação e vai para a escola. Acompanhados por um soldado, Amadeo Luz e Orestes Guimarães entram na escola. Orestes Guimarães declara que aquela instituição passaria a ser pública.<sup>11</sup>

## 2 Entre trilhas e armadilhas: das escolas paroquiais às públicas

As escolas paroquiais haviam começado a sofrer uma crise desde a implantação das escolas italianas *Dante Alighieri*, com as quais conviveram entre 1906 e 1917. As tensões e disputas em torno das escolas étnicas e ou paroquiais se intensificaram a ponto

<sup>6</sup> Carta de Frei Polycarpo para Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Rodeio, 20/03/1921.

<sup>7</sup> Entrevista com Orlando Berri. Florianópolis, 3/08/2000. Arquivo da autora (A/A).

<sup>8</sup> Carta de Luigi Purim para Dom João Becker. Rio dos Cedros, 18/01/1909.

<sup>9</sup> Frei Policarpo incumbira frei Nicolau de comunicar ao juiz de direito de Blumenau que desde 1878, a Igreja detinha a posse do terreno e da escola paroquial em Rodeio Doze.

<sup>10</sup> Carta de Frei Policarpo a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Rodeio, 20/03/1921. Livro Tombo da Paróquia de Rodeio. p. 35. v 1.

<sup>11</sup> Orestes de Oliveira Guimarães, um dos reformadores do ensino público em São Paulo, foi contratado, em 1910, pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos, para ocupar o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública em Santa Catarina, a fim de modernizá-la. Nos primeiros anos do regime republicano, modernizar o ensino significava enquadrá-lo nos discursos sobre os ideais de progresso e de civilização, ou seja, republicanos e nacionalistas.

de os franciscanos, paulatinamente, perderem o direito à supervisão e ao controle sobre várias delas. Nesse contexto, a fundação da associação das professoras/catequistas foi uma tentativa de recuperar tal controle e dar uma sobrevida às escolas paroquiais.

Assim, o grupo das professoras/catequistas foi sendo instituído a partir da solicitação do vigário de Rodeio, frei Policarpo Schuhen, às moças integrantes da Pia União das Filhas de Maria e da OFS. A primeira jovem a aceitar o convite de frei Policarpo foi Amábile Avosani.<sup>12</sup> Depois de quase um ano, mais duas moças se dispuseram a assumir o serviço da educação e da catequese nas escolas paroquiais: Maria Avosani e Liduína Venturi. A dinamização da catequese e das escolas paroquiais foi levada adiante pelas professoras/catequistas, orientadas pelos padres franciscanos e pela irmã Clemência Beninca, que seguia as determinações dos frades, especialmente as de frei Policarpo. Aos poucos, outras jovens foram juntando-se às pioneiras.

Frei Policarpo achou-se no dever de levar ao conhecimento, de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, a existência da associação das professoras. Em meados de 1915, Dom Joaquim visitou a Paróquia de Rodeio, aprovou a fundação da associação e determinou: “as moças da Ordem Terceira Franciscana vivendo em certa comunidade chamem-se Catequistas e todas juntas formem a Companhia das Catequistas” (BONA; VALANDRO, 1981, p. 8).

O que se evidencia nos registros do Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis de Rodeio é a produção de identidades, o desejo de unidade entre os porta-vozes da igreja católica e o grupo das professoras catequistas. Deveriam formar “um só corpo”, já que o frei Policarpo e as jovens devotavam amor à juventude. De acordo com os registros, essas jovens, “somente pelo amor de Deus e sem interesse material, se dedicam à educação e à instrução da mocidade nas escolas paroquiais”. Nessa perspectiva, visualiza-se a projeção que foi sendo formada, corroborando o modelo de igreja sociedade-perfeita, em conformidade com a acepção de Lenharo: a igreja “se rege pela imagem de um corpo constituído sem divisão, relacionada consigo mesma em todas as suas partes, soldada por uma aliança de identificação com o poder que a rege”

---

<sup>12</sup> Amábile Avosani nasceu na localidade de São Pedrinho, Rodeio (SC), em 26 de dezembro de 1891. O convite foi em 1913. Frei Policarpo entregou Amábile aos cuidados e orientação de Clemência Beninca, religiosa da Divina Providência, congregação que, a pedido dos franciscanos, havia fixado residência em Rodeio e fundado o Convento Menino Deus, em 1905. Após dois meses de preparação, Amábile deixa a casa paterna e, em 04 de agosto de 1913, assume a escola da capela Santa Ana em Aquidaban (Apiúna). Segundo Valandro, a escola paroquial de Aquidaban estava sem professor desde o início de 1913, ocasião em que o professor Vittorio Moretti, devido a desentendimentos, havia abandonado a escola e comunicado a sua decisão ao frei Modestino Oechtering. VALANDRO, Ede Maria. *Em resposta ao clamor do povo...* a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. [s.n.]. Joinville: 1990, p. 67.

(LENHARO, 1986: 202).

Segundo os registros, na intenção do fundador as Catequistas não professariam os votos, isto é, não seriam freiras de acordo com as normas do Direito Canônico: uso do hábito religioso, constituições, tempo de noviciado e o título de irmãs. Entretanto, “seriam de irrepreensível conduta [...] vivendo em castidade, pobreza e obediência”. Sem assumir a forma de vida prescrita pelo cânone para as congregações religiosas, poderiam residir nos núcleos coloniais mais distantes. Se fossem freiras, vale dizer, se assumissem a vida religiosa conforme o cânone, estariam obrigadas a observar algumas regras, como a missa e a eucaristia diárias, a confissão semanal, morar, no mínimo em três pessoas, entre outras prescrições. Julga-se que frei Policarpo teria entendido que sem vínculos com uma ordem religiosa tradicional as jovens poderiam mais livremente exercer a função de professoras nas escolas paroquiais distantes da sede da paróquia.

Esses fragmentos e um conjunto de discursos sobre a fundação da Companhia das Catequistas remetem ao sentido da palavra ‘instituição’, de acordo com Bourdieu:

Um ato inaugural de constituição, de fundação, e até mesmo de invenção, levando através da educação a disposições duradouras, hábitos e usos. A estratégia universalmente adotada para eximir-se duradouramente da tentação de sair da linha consiste em naturalizar a diferença e transformá-la numa segunda natureza através da inculcação e da incorporação sob a forma de *habitus*. (BOURDIEU, 1996, p. 102 – 103).

Baseando-se nessas premissas, entende-se essa instituição como “um golpe de força simbólica. [...] Instituir, dar uma definição social, uma identidade, é também impor limites”. A instituição consiste em demarcar uma diferença “atribuindo propriedades de natureza social como se fossem propriedades de natureza natural” (BOURDIEU, 1996, p. 98 e 100). As instituições, “pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana, estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 80). A religião, funcionando como mistificadora das instituições arrasta sobre si um véu de modo a impedir sua compreensão histórica e social.

O problema da legitimação é explicar por que um determinado arranjo que se desenvolveu numa dada sociedade, como resultado de acidentes históricos, deve ser tido como verdade de fé, mesmo quando se trata ocasionalmente de algo importuno ou muito penoso. Uma forma eficiente de resolver o problema é mistificar a instituição em termos religiosos. (BERGER, 1985, p. 103).



Ao registrar a fundação da Companhia das Catequistas, o cronista do Convento dos frades, em Rodeio, assinala que as professoras catequistas viveriam em castidade, pobreza e obediência, podendo entregar-se “inteiramente à sua nobre vocação (e missão)”.<sup>13</sup> Esse registro data de 1917, mesmo ano da Lei do Celibato em Santa Catarina. Essa lei determinava que as candidatas matriculadas na Escola Normal, diplomadas e nomeadas professoras no ensino primário, perderiam o cargo se contraíssem matrimônio.<sup>14</sup>

Elemento importante a ser considerado no conceito de vocação, é o processo de feminização do magistério no Brasil, o qual foi constituindo-se ao longo do século XIX. Dentre as várias correntes de pensamento, havia a das chamadas diferenças naturais entre homens e mulheres. Nesse viés, incutiu-se a ideia de que as mulheres são naturalmente mais capazes de socializar as crianças (BRUSCHINI; AMADO, 1988, p. 05 – 06). Para Silva “a ideia de que o magistério despontou como um caminho ‘natural’ para as mulheres é uma construção histórica que concorre para encobrir e desqualificar a árdua luta que elas travaram para ‘construírem-se professoras’” (SILVA, 2002, p. 97).

Segundo Campos, a feminização do magistério se tornou visível no final do século XIX e, entre outros motivos, ocorreu “pelo fato de que a má remuneração paga aos mestres não poderia atrair os representantes do sexo masculino, que precisavam sustentar a família” (CAMPOS, 2002, p. 21). E o fato de não caber às mulheres a responsabilidade de chefes de família justificava sua remuneração bem inferior à dos homens. O registro do cronista do Livro Tombo, de Rodeio, é ilustrativo nesse sentido. Ele afirma que as escolas paroquiais estavam diminuindo em número, visto a “falta de recursos para a manutenção de um professor formado e com família”.<sup>15</sup>

A decisão de frei Policarpo de convidar mulheres solteiras resultava num empreendimento vantajoso. Por um lado, essas jovens desvencilharam-se da autoridade paterna e, por não casarem, também da autoridade do marido. Por outro lado, pode-se inferir que a Companhia incorporou o discurso que associa magistério a vocação, abnegação e doação. O conceito de vocação, segundo Schaffarath (1999, p. 99), “era usado como mecanismo eficiente para induzir as mulheres a escolherem profissões

---

<sup>13</sup> Crônica da Congregação das Catequistas. Livro n. 8, p. 05 verso.

<sup>14</sup> Lei n. 1187 de 05/10/1917. *Apud* FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.

<sup>15</sup> Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis. Rodeio, n. 1, p. 26.

menos valorizadas socialmente. Melhor dizendo, em nome da natureza feminina e de sua vocação natural, as mulheres foram assumindo o magistério”. Analisando a profissionalização do professorado na Europa, Nóvoa (1995, p. 16) explica: “ao longo do século XIX consolida-se uma imagem de professor, que cruza as referências ao magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência aos funcionários públicos”.

A divisão desigual do trabalho na família, baseada na autoridade paterna, foi reforçada não só pelo apoio dado pela Igreja católica à família patriarcal como também pelas orientações às jovens da Companhia. Além do ensino nas escolas primárias, essas professoras passaram a ser as responsáveis por diversos serviços, como a limpeza da capela, a ornamentação do altar, a lavagem dos paramentos e o preparo das refeições do padre por ocasião de sua visita à capela. Na ausência do padre elas coordenavam os funerais e dirigiam as orações comunitárias, entre outros. Fora-lhes incutido que a gratuidade e o sacrifício algum dia seriam recompensados, mesmo que fosse somente, na vida eterna. Ao substituir o frei Policarpo, em 1926, frei Bruno Linden elaborou um regulamento, aprovado por Dom Joaquim. Um dos fragmentos desse conjunto de normas diz que a Companhia das Catequistas formava:

A mais perfeita imitação da vida e do espírito do Santo Patriarca [São Francisco], em comunidades de duas Catequistas, fundando e provendo escolas rurais, isto é: em casa alimentam a pobreza e caridade franciscana; na igreja cuidam do decoro do lugar santo e do sacro ministério; na escola educam, instruem pelo exemplo, humildade e saber suficiente.<sup>16</sup>

Pregava-se a submissão, a ordem e a conformidade aos modelos de Cristo e de Maria, a meditação diária; o tempo era perfeitamente regulado e regrado - um horário estabelecido e vigiado pelo exame de consciência. A disciplina, a imposição de determinada tarefa e comportamento envolvia os aspectos temporais, espirituais e corporais. Ao se referir a uma política de coerções sobre o corpo, Foucault diz que a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis:

O corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. [...] o controle implica uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos de atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma

---

<sup>16</sup> Regulamento da Companhia das Catequistas, 1926, p. 2. Frei Bruno Linden foi transformando a Companhia das Catequistas numa congregação religiosa de acordo com o Direito Canônico: uso do hábito religioso, constituições, tempo de noviciado e o título de Irmãs. O primeiro regulamento escrito sob a sua batuta teve o nome de *Usual*.

codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos (FOUCAULT, 2000, p. 118 – 119).

Essas jovens professoras foram encerradas numa rede de práticas e proibições, formadas para a renúncia de si e abdicação dos desejos. Elas deveriam, com devoção, viver em obediência, resignação e humildade, aproximando-se da imagem de Maria – tida como virgem, pura, cândida e santa.

Ao considerar a dominação masculina como uma forma de “violência simbólica”, Bourdieu (2002, p. 50) diz que “a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos”. Essas mulheres, controladas pela confissão, educadas para a divisão/distribuição dos espaços físicos e do tempo, “aplicam a toda realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica” (BOURDIEU, 2002, p. 45).

Ao longo das três primeiras décadas, a estruturação da Companhia foi conduzida por padres e bispos. Eles convidaram, orientaram, disseram o que e como fazer, normatizaram e aprovaram a forma como o grupo deveria exercer as funções em prol da Igreja nas diversas localidades em que estivessem. Dentre as possíveis direções, uma delas é a verificação de que o grupo das catequistas, produzido pelo discurso da hierarquia, resolveu, em parte, a crise das escolas paroquiais e somou no processo de nacionalização e de feminização do ensino primário nas escolas do Estado catarinense.

### **3 Conciliações em meio às normas e resistências**

O empenho dos padres estrangeiros em manter as escolas paroquiais e moldar as novas gerações seguindo os princípios católicos é verificado na mensagem do governador Felipe Schmitd:

Em certas localidades os estabelecimentos oficiais de ensino primário têm sido hostilizados por alguns representantes do clero que procuram desviar a infância para as escolas paroquiais. Para esse fim, é feita uma propaganda tenaz e injusta no seio das famílias, protestando-se que nas escolas estaduais o ensino é leigo. As escolas paroquiais prestam serviços relevantes, mas não podem e não devem sobrepor-se às escolas do Estado, nem insurgir-se contra as leis da República. Não combato o ensino religioso. Entendo, porém, que ele deve ser ministrado nos templos ou em escolas próprias, em dia certo, àqueles

que o quiserem receber sem o caráter de obrigatoriedade e sem prejuízo do ensino público. A propaganda contra as escolas estaduais promovida por alguns representantes do clero revela apenas um sentimento de intolerância que encontrou formal repulsa no espírito culto do Sr. Dom Joaquim Domingues, Bispo diocesano.<sup>17</sup>

Felipe Schmidt não especifica em quais localidades, mas seguramente os franciscanos alemães estão aí incluídos. A objeção de Dom Joaquim com relação à atitude dos padres, atitude esta contrária à fundação de escolas públicas, permite observar a intensificação da aliança entre a elite católica catarinense e a elite civil. Essa aliança se torna ainda mais explícita em 1919, quando a Secretaria do Interior e Justiça permite o ensino religioso também nas escolas públicas.

O Segundo Sínodo da Diocese de Florianópolis, realizado naquele ano, convocado e presidido por Dom Joaquim, ao legislar sobre o ensino do catecismo registra: “o Sínodo espera e muito recomenda a todos os sacerdotes que, de conformidade com a permissão do governo, por si, ou por mestres e pessoas reconhecidamente católicas, sem maior prejuízo das escolas paroquiais, ensinem o catecismo às crianças nas escolas públicas ou particulares”.<sup>18</sup>

Em 1920, afirma que a educação pública “deve emanar em comum da Igreja e do Estado”.<sup>19</sup> Aos poucos, esse bispo vai doando o espaço físico das escolas paroquiais ao Estado, como indica a informação no verso de uma foto do Grupo Escolar Professor Lapagesse, em Criciúma: “tenho a honra de oferecer a fotografia do prédio pertencente à paróquia desta sede, cedida gentilmente por S. Eminência [*sic*] para o funcionamento do grupo escolar recentemente criado nesta sede”.<sup>20</sup> A contrapartida do governo de Santa Catarina era a permissão do ensino religioso nas escolas da rede pública de ensino (SOUZA, 2003, p. 171).

Os discursos de Dom Joaquim sinalizam para os desejos de harmonia entre os poderes, já em pronunciamento solene, ao tomar posse como bispo:

Abrimos, agora, espaço de honra, para a saudação que queremos fazer, muito de afeto e especial respeito, ao muito digno Sr. Governador do Estado [Felipe Schmidt], cuja autoridade veneramos por ter a mesma origem divina, cujo poder desejamos ver respeitado, e obedecido, e cuja amizade prezamos, seguindo as tradições comuns a todo o

---

<sup>17</sup> Mensagem do governador Felipe Schmidt, apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina, 1915, p. 27.

<sup>18</sup> Segundo Sínodo da Diocese de Florianópolis. Florianópolis: Livraria Cisne, 1919, n. 296, p. 100.

<sup>19</sup> Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Carta Pastoral sobre o Problema da Instrução. Florianópolis: Livraria do Cisne, 1920, p. 18.

<sup>20</sup> Missiva de Cincinato Napolini, prefeito de Criciúma, a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Criciúma, 28/11/1932.

episcopado brasileiro.<sup>21</sup>

Dom Joaquim ressalta a colaboração que o Governo do Estado tem prestado à Igreja Diocesana: “Desde já agradecemos a proteção que nos tem dispensado o Estado, e apontamos o seu exemplo à gratidão de nossos queridos diocesanos”.<sup>22</sup> Nessa perspectiva, a educação dos fiéis seria promovida pelos próceres do Estado de Santa Catarina e da Igreja Diocesana. Conjuntamente, Igreja e Estado constituiriam, por meio das escolas, sujeitos que contribuiriam para a ordem social e fortalecimento dos ideais republicanos no país.

Além disso, nas escolas paroquiais onde as professoras eram da Companhia das Catequistas, fez-se a negociação para a sua permanência nas escolas então transformadas em públicas: “as escolas, antes escolas paroquiais particulares, tornaram-se todas paroquiais estaduais ou municipais. Felizmente o governo, reconhecendo o valor das professoras catequistas, deixou-as todas nas suas respectivas escolas”.<sup>23</sup>

Dessa forma, as professoras/catequistas dão uma sobrevida às escolas paroquiais. Em 1929, elas somavam 52 e ensinavam em 23 escolas paroquiais. No ano seguinte, educavam em 24 escolas cerca de 900 crianças. Em 1932, a paróquia de Rodeio contava com 13 escolas paroquiais, dirigidas pelas catequistas. Em 1933, elas ensinavam e instruíam em 33 escolas, mais de 1500 crianças. Em 1934, dirigiam 34 escolas com 1724 alunos. Em 1935, elas já estavam presentes em 38 escolas.<sup>24</sup>

O superintendente geral do ensino no Estado catarinense registra: “Quanto aos colégios particulares dirigidos pelas Rvmas Irmãs de diversas Ordens Religiosas, essas não nos têm criado embaraços quanto a nacionalização, pois, obedientes às leis, vêm procurando, da melhor forma, satisfazer os nossos reclamos nesse sentido”.<sup>25</sup>

Tais registros indicam para a consolidação da aliança entre as elites civis e eclesiásticas do Estado catarinense. Essas escolas foram obrigadas a se adaptar às exigências estatais; porém, as professoras da Companhia das Catequistas continuaram ministrando a doutrina católica. Exercia-se uma vigilância que objetivava disciplinar e, na expressão cunhada por Foucault, constituir “corpos dóceis”.<sup>26</sup> Esses corpos estariam

---

<sup>21</sup> Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1914.

<sup>22</sup> Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Carta Pastoral sobre o Problema da Instrução. Florianópolis, Livraria Cisne, 1920, p. 08.

<sup>23</sup> Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis. Rodeio, n. 2, 1938, p. 01.

<sup>24</sup> Livro Tombo da Paróquia São Francisco de Assis, Rodeio, Livro n.1, p. 52 verso, 56, 62 verso, 65 e 71.

<sup>25</sup> Relatório do Superintendente Geral do Ensino, Sebastião de Oliveira Rocha, 1939, p. 26.

<sup>26</sup> Um corpo que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado é dócil (FOUCAULT, 2000,

engajados na edificação da Igreja, entendida aqui como o corpo “místico de Cristo”, imaginário que contribuiu para a constituição de sujeitos ordeiros e confiantes na construção do Estado corporativo do período. Lenharo, ao tratar da metáfora do corpo remete a ideia do trânsito da religião para a política. A política passa a vista como um corpo, apresentado da seguinte forma:

Como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade (LENHARO, 1986, p. 16-17).

Na nova trilha que se abria, as professoras/catequistas estavam diante de uma nova armadilha, ou seja, não somente contribuiriam para manter e formar bons católicos, como também bons patriotas, interesse da elite republicana. A escola deveria ser o espaço de normatização onde se adquirisse uma concepção de civilização e ordem. Assim, a concepção da moral católica veio somar para a difusão dos bens culturais e padrões morais indispensáveis ao fortalecimento da nacionalização.

Há que se considerar ainda nesse processo a política de nacionalização e a contribuição da educação moral e cívica, haja vista que seu programa continha “noções de civilidade [...], amor à família e à Pátria”.<sup>27</sup> Os programas de ensino deveriam contemplar a “história do Brasil e educação cívica [...], cantos e hinos patrióticos”.<sup>28</sup> Nesses e em outros discursos legislativos da época, a invocação ao patriotismo aparece constantemente. Tal apelo à glorificação da Pátria foi disseminado pela via educacional, incluindo aí o cinema, o esporte entre outros veículos de comunicação dos quais o governo de Getúlio Vargas lançou mão.

Enfim, as professoras da Companhia das Catequistas operaram com base na oficialidade, uma vez que os discursos relativos ao amor à Igreja se confundem com os discursos das elites dirigentes consubstanciados na legislação oficial estatal, de amor à Pátria. Além disso, a ligação possível a ser estabelecida entre tais discursos demonstra, sobretudo, que as escolas colocavam em marcha um conjunto de práticas em consonância com as aspirações do Estado republicano.

---

117).

<sup>27</sup> BRASIL. Decreto n. 16.782, de 13 de janeiro de 1925. Coleção das leis do Brasil, v. 1, 1925, p. 6.

<sup>28</sup> SANTA CATARINA. Decreto n. 1.063, de 8 de novembro de 1917. Disposições relativas ao ensino. Florianópolis, Moderna, 1919, p. 8.

## REFERÊNCIAS

- A ARQUIDIOCESE de Florianópolis. [Florianópolis], [s.n.], 1951, p. 11-16.
- BECKER, Dom João. *Segunda Carta Pastoral*. Sobre as escolas paroquiais. Florianópolis: Tip. Brasil, 1909,
- BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1985.
- BONA, Filomena; VALANDRO, Ede Maria. *Madre Maria Avosani*. Rio do Sul: JAWI, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BRASIL. *Decreto n. 16.782*, de 13 de janeiro de 1925. Coleção das leis do Brasil, v. 1, 1925.
- BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 64, p. 5 e 7, fev./1988.
- CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (Orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- CRÔNICA da Congregação das Catequistas. Livro n. 8, p. 05 verso.
- CRÔNICA do Convento de Rodeio. Rodeio, p. 4 – 25.
- ENTREVISTA com Orlando Berri. Florianópolis, 3/08/2000. Arquivo da autora (A/A).
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. São Paulo: Papirus, 1986.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE RODEIO. *Carta de Frei Polycarpo para Dom Joaquim Domingues de Oliveira*. Rodeio, 20/03/1921, p. 35. v 1.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE RODEIO. *Carta de Luigi Purim para Dom João Becker*. Rio dos Cedros, 18/01/1909.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE RODEIO. *Carta do padre Angelo Alberti para Dom Joaquim Domingues de Oliveira*, nov./1917.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, Rodeio, Livro n.1, p. 52 verso, 56, 62 verso, 65 e 71.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS. Rodeio, n. 1, p. 26.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS. Rodeio, n. 2, 1938

MENSAGEM DO GOVERNADOR Felipe Schmitd, apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina, 1915.

MISSIVA DE CINCINATO NASPOLINI, prefeito de Criciúma, a Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Criciúma, 28/11/1932.

NÓVOA, Antônio (Coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Dom Joaquim Domingues de. *Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1914.

OLIVEIRA, Dom Joaquim Domingues de. *Carta Pastoral sobre o Problema da Instrução*. Florianópolis: Livraria do Cisne, 1920.

OTTO, Clarícia. *Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)*. Florianópolis: Insular, 2006.

OTTO, Clarícia. Polycarpo Schuhen, Frei. *Cadernos Patrísticos*. Textos e estudos. Florianópolis, ITESC, v. 3, n. 5, 2008.

REGULAMENTO da Companhia das Catequistas, 1926.

RELATÓRIO do Superintendente Geral do Ensino, Sebastião de Oliveira Rocha, 1939

SANTA CATARINA. *Decreto n. 1.063*, de 8 de novembro de 1917. Disposições relativas ao ensino. Florianópolis, Moderna, 1919.



SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. *A escola normal catarinense de 1892: profissão e ornamento*. 1999. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

SEGUNDO SÍNODO da Diocese de Florianópolis. Florianópolis: Livraria Cisne, 1919, n. 296.

SILVA, Edson Armando. *Identidades franciscanas no Brasil: a Província da Imaculada Conceição – entre a Restauração e o Vaticano II*. 2000. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. Profissão: Professora! In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (Orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SOUZA, Rogério Luiz de. As escolas paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na primeira república*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

THEMANS, Humberto. Viagem ao Brasil e começo da missão. In: *Coleção Centenário*. São Paulo: Província Franciscana, n. 3, 1991.

VALANDRO, Ede Maria. *Em resposta ao clamor do povo... a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas*. [s.n.]. Joinville: 1990.

RECEBIDO EM 20/07/2011

APROVADO EM 05/05/2012